

**PROCESSO** - A. I. N° - 021057.0006/03-1  
**RECORRIDO** - CASA DO CARNEIRO BAR E RESTAURANTE LTDA.  
**RECORRENTE** - JORGE CLAUDEMIRO DA SILVA  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 3ª JJF nº 0403-03/03  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 13.02.04

## **2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0198-12/03**

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A existência de saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Os ajustes efetuados em decorrência do contribuinte estar enquadrado no regime normal de apuração do imposto, calculado com base na receita bruta, em 1998, e a partir de 1999, no regime do Simbahia, reduziram o valor da exigência fiscal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Trata o presente julgamento de Recurso de Ofício interposto pela 3ª JJF, tendo em vista a Decisão que declarou Procedente em Parte, o Auto de Infração em epígrafe.

O Recurso de Ofício resulta da Decisão da 3ª JJF de declarar Procedente em Parte o Auto de Infração, tendo em vista que a ilustre relatora do processo naquela Junta de Julgamento Fiscal convertera o processo em diligência ao autuante para que fizesse a adequação do lançamento tendo em vista o entendimento deste Conselho em relação aos vários períodos de enquadramento das empresas do Simbahia.

Procedida a adequação e intimação o autuado, este não se manifestou sobre a diligência. Daí porque o Auto de Infração foi submetido a julgamento sendo decretada sua procedência parcial, com base na acusação inicial e no novo demonstrativo de débito, tendo sido afastadas as arguições de nulidade porque presentes no lançamento os elementos básicos para garantia do contraditório e da ampla defesa.

## **VOTO**

A defesa apresentada apenas nega o cometimento sem buscar argumentos fáticos que pudessem eventualmente fragilizar a acusação fiscal. Por isso, no mérito, mantenho a Decisão em relação ao Recurso de Ofício e voto por seu IMPROVIMENTO porque a auditoria foi procedida com base em

documentos fiscais que efetivamente tiveram como destinatário o estabelecimento autuado, tendo os cálculos sido ajustados na conformidade do entendimento já costumeiro neste CONSEF.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração **nº 021057.0006/03-1**, lavrado contra **CASA DO CARNEIRO BAR E RESTAURANTE LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.413,22.**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art.42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de Dezembro de 2003.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

CÉSAR AUGUSTO DA SILVA FONSECA - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS